

002

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS FISIOTERAPEUTAS NO BRASIL E CORRELAÇÕES COM OS INDICADORES DE SAÚDE. *Fábio Maciel, Karen P Nehme, Andréa C. G Becker, Cíntia De Franceschi, Vanessa de A. Meister, Cláudia L. Pederiva, Iara E Schneider* (Curso de Fisioterapia – IPA).

Este estudo analisa a disposição dos Fisioterapeutas nos Estados brasileiros com a finalidade de identificar situações de saturação, carência ou equilíbrio quanto à distribuição geográfica no país, e investigar se o número de profissionais existentes aproxima-se do ideal de cobertura para a assistência à população preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esta pesquisa é um estudo observacional descritivo populacional, com delineamento histórico prospectivo. Foram coletados dados quanto ao número de Fisioterapeutas nos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no período de março a maio de 2001, e consultado os indicadores sociais e os dados preliminares do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os indicadores da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA) do Ministério da Saúde. Utilizou-se o método dedutivo para análise dos dados, e avaliar a correlação existente entre a distribuição dos Fisioterapeutas no país e as possibilidades de cobertura assistencial à população. Na análise dos dados, constatamos que nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo existe a melhor relação entre fisioterapeutas e o número de habitantes. Em contraposição, no Estado de Alagoas, é estabelecida a relação de fisioterapeutas por habitantes de 1: 46.216. Nos Estados da Região Nordeste, esta condição é somada a problemas estruturais, pois os mesmos possuem a taxa de mortalidade infantil mais alta, a expectativa de vida menor, o rendimento médio mensal familiar mais baixo, e onde o percentual de domicílios com condições de saneamento e luz elétrica é o mais precário do país, segundo dados do IBGE e RIPSA. Considerando que a OMS preconiza como ideal a relação profissional da saúde por habitante de 1: 1.000, e calcula que 10% da população apresenta algum tipo de incapacidade, verificamos que, em quase todos os Estados, é evidente a deficiência do potencial de cobertura. E, mesmo em Estados onde a distribuição aparenta ser mais adequada, ocorre grande concentração nas metrópoles, não havendo equidade na assistência aos segmentos pobres da população que vivem longe dos centros urbanos.